



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681112 - PR (2021/0224829-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : JUMA SCHIMITD FERREIRA
ADVOGADO : JUMA SCHIMITD FERREIRA - PR100122
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : KAIQUE AUGUSTO DOS REIS (PRESO)
CORRÉU : THIAGO LUCAS CRUZ DA SILVA
CORRÉU : HIGOR SAFIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KAIQUE AUGUSTO DOS REIS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Agravado Interno n. 0033553-85.2021.8.16.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática de crime de homicídio.

A impetrante sustenta que o acusado está preso há mais de 1 ano e 7 meses após a ocorrência do fato, aduzindo que não estão presentes os indícios de autoria e nem fatos novos contemporâneos para justificar a prisão preventiva.

Destaca o excesso de prazo no julgamento do agravo interno interposto pela defesa, afirmando que houve a demora de 1 mês somente para que fosse autuado e mais 1 mês para a marcação da sessão de julgamento, o que demonstra a ilegalidade da custódia cautelar.

Assevera que a prisão preventiva foi decretada em abril de 2020, inexistindo a contemporaneidade em relação aos fatos ocorridos em setembro de 2018.

Ressalta a ausência de fundamentação suficiente para a segregação cautelar, pois não atendidos os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, argumentando a possibilidade de substituição da custódia antecipada por medidas cautelares, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja

confirmada a liminar requerida ou aplicadas as medidas alternativas, a fim de que possa recorrer em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente